

Contracolonialismo, etnopolítica e políticas públicas: cartas e etnogovernança quilombola¹

Countercolonialism, ethnopolitics and public policy: quilombola letters and ethnogovernance

Fátima Tavares

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

Carlos Caroso

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

RESUMO

Neste artigo buscamos compreender e retratar como a atuação política do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, que reúne comunidades situadas no município de Cachoeira, Bahia, tem resultado em significativos ganhos políticos, sociais e culturais que evidenciam a aquisição de poder político por parte de seus membros nos termos de uma etnogovernança comunitária. No conjunto de ações etnopolíticas² ali desenvolvidas, a denominada Carta Quilombola, que desde 2015 vem sendo construída coletivamente por ocasião do “Encontro de Lideranças de Comunidades Quilombolas do Território de Identidade do Recôncavo”, constitui um dos mais importantes instrumentos de mobilização política, avaliação e formulação de suas reivindicações. Nossa compreensão é de que as ações etnopolíticas desenvolvidas pelos grupos constituem elemento fundamental na resistência contracolonialista, na busca de conquistar e assegurar àqueles quilombolas os direitos de cidadania que lhes são assegurados pelas leis brasileiras.

Palavras-Chave: Políticas identitárias, Governança, Associativismo quilombola, Resistência quilombola.

¹ Os projetos de pesquisa dos quais resulta o presente artigo vem tendo apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq.

² Tomamos como base para nosso entendimento de “etnopolítica”, o conceito que demarca como objeto um modo específico de fazer política, de grupos e sistemas interétnicos, embebida nas estruturas sociais e simbólicas da etnicidade. (FERREIRA, 2017, p. 199).

Recebido em 27 de julho de 2022.
Avaliador A: 18 de setembro de 2022.
Avaliador B: 03 de outubro de 2022.
Aceito em 10 de novembro de 2022.



ABSTRACT

In this article we seek to understand and portray how the political actions of the Quilombola Council of the Iguape Basin and Valley, which brings together communities located in the municipality of Cachoeira, Bahia, have resulted in significant political, social, and cultural gains that reveal the acquisition of political power by its members in terms of a community ethnogovernance. In the set of ethno-political actions developed there, the so-called Quilombola Letter, which since 2015 has been collectively constructed on the occasion of the “Meeting of Leaders of Quilombola Communities of the Recôncavo Identity Territory,” constitutes one of the most important instruments of political mobilization, evaluation, and formulation of their claims. Our understanding is that the ethno-political actions developed by the groups constitute a fundamental element in the counter-colonialist resistance, in their quest to conquer and assure to those *quilombolas* the citizenship rights that are assured to them by the Brazilian laws.

Keywords: Identitarian politics, Governance, Quilombola associativism, Quilombola resistance.

QUESTÕES PRELIMINARES

As políticas de ações afirmativas são frequentemente vistas como resultantes de novas legislações voltadas para a promoção social de pessoas e grupos sociais historicamente excluídos e discriminados em razão de questões de pertença à raças, etnias e segmentos sociais marginalizados na sociedade brasileira. Neste sentido, a partir da década de 1990 são formuladas e implementadas novas normas legais e políticas públicas que viabilizam maior inserção social de grupos e pessoas historicamente excluídas, podendo seus resultados serem observados em vários aspectos da vida social. Nos anos 2000, na esteira da Conferência de Durban (2001) e com as políticas implementadas a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores, esse movimento se intensifica. Conforme apontam Moraes e Jayme, “A ideia da diversidade cultural pensada como um patrimônio da humanidade passou a nortear no Brasil não apenas políticas públicas culturais, mas também as políticas sociais, como saúde, educação, assistência social e mesmo a política racial.” (2017, p. 275).

O crescente interesse na abordagem etnográfica no estudo das políticas públicas (incluindo-se aí as políticas de ações afirmativas) vem problematizando alguns pressupostos desse campo, como aponta Shore (2010, p. 26) ao ponderar que “[...] ‘*formulador de políticas públicas*’ y ‘*formulación de políticas*’ no son tan claras ni tan libres de problemas como a los

políticos y a los analistas les gusta pensar". Se é preciso renovar abordagens das políticas públicas ao associá-las aos "formuladores governamentais", o problema se agudiza quando se considera que o crescente protagonismo de grupos discriminados e socialmente excluídos tem recebido pouca atenção na compreensão das políticas de governança, particularmente quando se refere ao micro nível dos acontecimentos em que as demandas de grupos locais organizados agem para tornar a aplicação da legislação e das políticas públicas mais efetivas e eficazes, como poderemos ver nos exemplos que relatamos e analisamos.

Por outro lado, repensar as políticas públicas compreende situar-se no referente mais amplo da problematização das práticas de poder do estado, como destacado por Das e Poole (2008), ao argumentarem sobre a importância do conceito de "margem" para a compreensão das dinâmicas do estado. Buscando fugir de dicotomias que inscrevem a margem como espaços de debilidades, desregulação ou exotismos, as formas das margens dizem algo do estado, não apenas como "exceção", mas como fluxos que reconfiguram sua atuação. As margens configuram espaços em que se vivenciam situações de humilhação, mas não são de passividade, mesmo quando não se verifica a "resistência" característica de momentos excepcionais, mas, ao invés, a invisibilidade da vida diária ou, diríamos nós, em experiências de ação política paulatinamente construídas. As autoras apontam ainda o rendimento das diferentes concepções do conceito de "margem" para além da relação dual e enrijecida entre centro e periferia: "[...] tomamos el carácter indeterminado de los márgenes para quebrantar y abrir la solidez generalmente atribuida al estado." (ibidem, p. 35).

Assim, considerando as relações assimétricas que envolvem diferentes grupos de interesse nas formulações de políticas públicas, nos afastaremos dos espaços institucionais tradicionais e "competentes" da administração pública - segundo uma visão racionalista e instrumental do Estado (SHORE, 2010). Esse movimento nos leva à suspeição do conceito de "público" na associação apressada com políticas governamentais, efetuando um descentramento em relação aos atores envolvidos nessas políticas, como agentes governamentais, ONGs, movimentos sociais e organismos multilaterais, conforme apontados por Souza Lima e Castro (2015). Seguindo em outra direção, vamos olhar de perto uma experiência de governança³ quilombola

3 Smout (2004) destaca os desafios implicados no conceito de governança. Oriundo do campo das relações internacionais e crescentemente utilizado em diferentes disciplinas para dar conta da heterogeneidade dos mediadores envolvidos nos processos de regulação de interesses, o conceito apresenta vários sentidos em disputa. A autora aponta três abordagens: a "boa gestão" governamental; a "governança sem governo" desenvolvida por Rosenau e Czempiel (ROSENAU, 2000), da regulação num sentido mais amplo que os dos atores das políticas governamentais; por fim, a governança "não como uma concretização, um resultado, mas como um processo contínuo" (p. 144), atravessado por múltiplas lógicas e interrompendo a compartimentalização dos conflitos por "segmentos especializados". Essa última caracterização do conceito pode ser produtiva para visibilizarmos certa inflexão produzida pela governança quilombola nos processos de construção de políticas públicas "diferenciadas" para quilombos na Bahia.

no município de Cachoeira, Bahia – apesar de situadas nas margens dos centros de poder, as comunidades quilombolas ali estabelecidas vêm produzindo interferências significativas no acesso às políticas “públicas” municipais e do estado da Bahia para essas populações. A intenção é mostrar como vem se processando uma experiência de governança em que confluem organização política (o Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape e o Núcleo Territorial de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Recôncavo), revigoramento cultural (religião, festas, valorização de produtos de origem quilombola, formulação e gestão de roteiros de visitação a bens patrimonializados) e a confec o anual da “Carta Quilombola”, mediador que se apresenta como artefato técnico-político (APPADURAI, 2008; LATOUR, 1997, 2012) que objetifica as condi es de vida e demandas dessas comunidades, tornado público no primeiro dia da Festa da Ostra. Este evento, que ocorre anualmente desde o ano de 2009, adquire crescente visibilidade e conta com a participa o de quilombolas, pessoas de comunidades e cidades vizinhas, que inclui a capital do Estado, representantes de governos e órgãos municipais, estaduais e federais, assim como atrai visitantes nacionais e estrangeiros como parte do turismo étnico de base comunitária.

Tal como argumentam Comaroff e Comaroff (2003) e Chari e Donner (2010) ao tratarem do lugar da Antropologia nas Ciências Sociais, a postura do etnógrafo em campo se torna crescentemente participativa, colaborativa e ativa, como resultado da proposta da Antropologia Decolonial e estabelecimento de novas rela es entre etnógrafos e seus interlocutores com quem trabalha e compartilha conhecimentos.

Ao longo de quase uma década de convivência com nossos interlocutores tivemos que lidar com dificuldades  ticas que envolvem a atividade da “pesquisa” entre comunidades tradicionais, e a desconfiança com as implica es do uso dessa palavra, como adverte Smith (2018), que são muitas vezes explicitada pelas lideranças quilombolas. A ideia de que a “pesquisa” tem consequências “naturalmente” benéficas para nossos interlocutores, como aponta a autora,   decorrente do treino acad mico. Mas nem sempre basta o reconhecimento da posicionalidade do pesquisador e pesquisadora, que incorpora perguntas críticas sobre os interesses, os benefícios e a divulga o do resultado. Frequentemente essas preocupa es são limitadas ao atendimento de exigências burocráticas da parte dos comit s de  tica. A autora lembra que “Duas maneiras importantes, embora nem sempre adotadas pelas pesquisas científicas, são ‘devolver’ às pessoas e ‘compartilhar conhecimentos.’” (p. 28). Em ambos os casos se trata de compromisso de longo prazo, não se restringindo aos *feedbacks* usuais que são mobilizados para assegurar o cumprimento daqueles protocolos mencionados acima. Da posi o dos “pesquisados”, o reconhecimento dessa assimetria leva a autora a se questionar sobre fundamentos tão arraigados como o “[...] direito intrínseco ao conhecimento e a verdade.” (ibidem, p. 201) por parte do pesquisador não nativo. Por fim, citada autora argumenta que

“Não devemos presumir que ele tenha formação suficiente para perseguir esses valores como rigor nem para reconhecê-los quando os ‘descobrir’.” (ibidem, p. 202).

De nossa parte, o termo que nos foi designado na relação com essas comunidades não é o de “pesquisador(a)”, referência rejeitada pelas lideranças que a associam a um esgotamento de uma relação de aproveitamento das informações obtidas sem qualquer retorno. Em tempos mais recentes, a regulação das práticas com pesquisadores tem sido objeto de discussão e reuniões nas quais as lideranças explicitam as condições do trabalho, com a indicação do “retorno” da pesquisa. A utilização do termo “parceiro” é uma indicação que vem com o tempo, para qualificar as relações daqueles “pesquisadores” que são reconhecidas pelas lideranças como compromissados com as demandas das comunidades. Essa posição nos confere “direitos”, como a liberdade de transitar nos territórios e abordar as pessoas sem maiores dificuldades⁴; e “deveres”, que implicam na realização de tarefas variadas e compartilhamento de conhecimentos. Foi nesse contexto de trocas que se construiu nosso lugar nos encontros anuais das lideranças quilombolas do Recôncavo Baiano, ao disponibilizar nossas competências de linguagem e escrita para a formatação da Carta Quilombola, que se organiza a partir da identificação das demandas e conquistas que são elencadas durante as rodas de conversa. Ainda assim, sabemos que nossa posição de antropólogos brancos em comunidades negras nos levou a desafios adicionais na aproximação lenta que se deu com essas comunidades. Dificuldades que às vezes são apenas parcialmente contornadas e que também se presentificam durante a confecção das Cartas, e que nos colocam num misto de assessoria e secretariado. Em consonância com esta percepção, no presente artigo buscamos destacar o agenciamento e protagonismo de comunidades quilombolas junto com as quais temos trabalhado, por meio da experiência etnográfica compartilhada, participação colaborativa e ativismo solidário.

RELATO DAS EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS

O relato que fazemos neste artigo trata de como nos tornamos crescentemente participantes e ativos na relação de colaboração e compartilhamento com nossos interlocutores, ao ponto de sermos confiados, ou delegados, uma função em suas formulações políticas. Ao buscarmos iniciar nossos estudos com as comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape

4 A circulação pelo território é vista com desconfiança quando não passa pela reunião do Conselho Quilombola, que concede essa permissão somente após haver a exposição dos objetivos da pesquisa e a concordância com as “devolutivas”. Já presenciamos situações em que lideranças advertiram gestores do primeiro escalão do governo estadual por visitar comunidades da região sem autorização prévia do Conselho.

em fins do ano de 2012, nos foi requerido tratamento adequado das questões reconhecidas na área e um instrumento que assegurasse o compartilhamento de benefícios, já que consideravam que alguns pesquisadores tinham ganhos acadêmicos e não ofereciam qualquer retorno para as pessoas envolvidas. Negociamos então a elaboração compartilhada de um “contrato de pesquisa e devolutiva”, cujos termos foram discutidos e aprovados em reunião do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape.

A parceria estabelecida por meio do nosso trabalho veio a se aprofundar por ocasião da VI Festa da Ostra no ano de 2015, realizada no quilombo Kaonge, no município de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, oportunidade em que fomos convidados a participar do “1º Encontro de Lideranças de Comunidades Quilombolas do Território de Identidade do Recôncavo” como “assessores”. O Encontro constava na programação da Festa na sexta-feira antecedente a seu início. Nós, autores deste texto, juntamente com colegas do Grupo de Pesquisa ObservaBaía, teríamos um novo desafio na parceira de pesquisa. Na prática, estávamos disponíveis no que fosse preciso para garantir um produto demandado por nossos parceiros ao final do Encontro, vindo este a resultar em uma carta que seria apresentada no dia seguinte, um sábado, por ocasião da cerimônia de abertura da Festa, com presença de representantes governamentais. Na programação, a apresentação do documento resultante foi anunciada como “Socialização da carta de encaminhamento das políticas públicas em benefício das comunidades quilombolas ao poder público das esferas municipal, estadual e federal”.

As edições subsequentes da Festa da Ostra (2016, 2017, 2018 e 2019⁵) seguiram a mesma programação, que incluía o “Encontro de Lideranças de Comunidades Quilombolas do Território de Identidade do Recôncavo” no dia antecedente ao início da festa. Nesses encontros, nós nos tornamos presença garantida num processo de expectativas compartilhadas com nossos interlocutores quilombolas, já naturalizando a tarefa que nos cabia na avaliação e atualização das demandas quilombolas para o lançamento das novas versões da carta.

Em agosto de 2019 foi solicitada a nossa presença numa nova etapa do processo de elaboração de cartas. No mês de julho, no Encontro do Conselho Estadual das Associações e Comunidades Quilombolas da Bahia (CEAQ-BA), foi formada a Coordenação dos Territórios de Identidade da Bahia e o Movimento Quilombola da Bahia. A primeira atividade desta articulação estadual foi o “Ato pela Garantia dos Direitos Territoriais das Comunidades Remanescentes de Quilombo da Bahia”, evento realizado no Instituto Anísio Teixeira-IAT, em Salvador, entre os dias 6 e 8 de agosto. Um dos objetivos do encontro era a formulação de uma “Carta Aberta” com as demandas das comunidades. Nesse novo desafio na produção de um

⁵ Em 2018 nossa assessoria na produção da carta foi realizada à distância, pois estávamos em estágio sênior de pesquisa, na Universidade de Montreal. Nossa colega do ObservaBaía, Thais Penaforte, esteve no evento, dando continuidade ao processo e pode nos repassar o rascunho da carta para fazermos ajustes e revisão final.

documento final à semelhança das cartas quilombolas com as quais já vínhamos colaborando. Duas dificuldades precisavam ser contornadas: a primeira com relação à amplitude do escopo da demanda, uma vez que teríamos que dialogar com lideranças dos Territórios de Identidade da Bahia que se encontravam presentes; a segunda por termos que coletar as informações numa atividade “paralela” ao andamento do evento, pois não havia previsão na programação para a elaboração da carta. Esta iniciativa resultou na denominada “I Carta Quilombola do Estado da Bahia”, que foi disponibilizada após o encerramento do evento

Tomando como base nosso convívio com as comunidades quilombolas situadas no município de Cachoeira, especialmente nas participações nos Encontros das Lideranças do Território do Recôncavo, nas Festas da Ostra, no Ato de agosto de 2019 e na assessoria na elaboração das Cartas⁶, no presente texto trazemos um relato das transformações na luta das comunidades quilombolas daquele município, que até 2015 compunham uma organização local, contudo com forte impacto na política municipal. Na passagem do *locus* municipal para o regional e estadual buscaremos evidenciar dimensões desse processo nos últimos anos, que implicam em inflexões, como o escopo da organização do movimento (buscando articulações em nível regional e estadual), mas também num certo estilo de transformação evidenciado por: a) no fortalecimento das conexões que transformam “vontades” em demandas; e demandas em políticas públicas, reconhecidas como direitos (e direitos diferenciados); e b) na forma como essas conexões são efetivadas por meio de eventos e compromissos públicos. Como sugere Arruti (2009), essas questões nos levam para além das demandas “tradicionais” em torno das políticas territoriais diferenciadas para compreender outros processos de construção e reconhecimento do que sejam direitos diferenciados.

Nos comentários finais, buscaremos delinear os contornos de um agenciamento que subverte as especializações da vida social, além de anunciar possíveis desdobramentos desse processo em curso. Sugerimos que essa experiência de governança guarda afinidade com a ideia de contracolônização desenvolvida por Antônio Bispo, influente liderança quilombola contemporânea. Neste sentido, buscamos compreender a resistência e luta quilombola para garantir seus direitos como uma forma de pensar etnogovernança, neste caso especificamente por parte daqueles grupos que autoformulam e negociam diretrizes políticas em busca de superar os limites que lhes são impostos pelas normatizações e políticas públicas, que muitas vezes se mostram insensíveis e excludentes em relação às necessidades que estes percebem no

6 Em decorrência da pandemia de Covid-19, em 2020 a edição da Festa da Ostra e a confecção da Carta se deu de forma remota; em 2021 a Festa e a Carta foi realizada em formato híbrido, com a participação presencial de poucas lideranças (nós participamos presencialmente). Nesses dois eventos tivemos basicamente uma atualização das demandas quilombolas, mas sem alterações na dinâmica de feitura e circulação da Carta, razão pela qual concentramos nosso relato entre os anos de 2015 e 2019.

seu cotidiano.

CONSELHO QUILOMBOLA E A FESTA DA OSTRAS NO QUILOMBO DO KAONGE

A Festa da Ostra visibiliza de forma intensa a dinâmica de vida e formas de luta política das comunidades de Cachoeira e de alguns municípios vizinhos reunidas no “Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape” (BASSI e TAVARES, 2017; NEVES, 2017; SANTOS et al., 2018). Localizadas no município de Cachoeira, as comunidades situam-se no entorno e proximidades da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Baía do Iguape. O Conselho foi fundado no ano de 2008, no bojo do processo de lutas desencadeadas nas comunidades desde os anos de 1990 (CRUZ, 2014; CARVALHO, 2016). Atualmente este agrega 15 comunidades, sendo que uma destas ainda se encontra em processo de certificação: Kaonge, Kalembá, Kaimbongo Velho, Kalolé, Dendê, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Imbiara, Tombo/Palmeira, Tabuleiro da Vitória, Engenho da Vitória, Engenho Novo, Engenho da Cruz, Brejo da Guaiba, Mutexo/Acutinga.

Nesses territórios articulam-se núcleos de produção comunitária (azeite de dendê, farinha de mandioca, cultivo de ostras, apicultura, vários tipos de artesanato de objetos de palha e fibras vegetais, de barro, tecidos, artes manuais, bebidas, ervas e remédios da medicina tradicional quilombola etc.), economia (Banco Solidário Quilombola do Iguape, com a moeda social denominada “Sururu”), de sustentabilidade socioambiental (especialmente no contexto da RESEX), tradições culturais (samba de roda, danças afro etc.), festas (Festa da Ostra, Carurus e Festas de Santo – São Roque, Santa Bárbara, N. S. do Parto –, dentre outras⁷) e iniciativas educativas (conduzidas pelo CEVCI-Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape), além de projetos e parcerias com ONGs nacionais e internacionais, universidades e organizações várias, buscando o fortalecimento da cidadania na luta por políticas públicas inclusivas.

Em 2009 teve lugar a primeira edição da Festa da Ostra que se tornou um evento anual ininterrupto no quilombo Kaonge, na qual participam os núcleos de produção das comunidades (cultivo de ostras, nas primeiras edições), oficinas, rodas de conversa, samba de roda, grupo de dança afro, todas estas atividades ocorrem em meio ao festival culinário/gastronômico que motiva e anima a Festa, fazendo circular e dando visibilidade à cultura quilombola dessas

⁷ A relação detalhada das festas e eventos desses e de outros quilombos da região encontra-se em Tavares e colaboradores (2019).

comunidades. Nas edições subsequentes da Festa novas atividades foram introduzidas, como por exemplo na IV Festa da Ostra (2012), com a “roda de prosa” sobre boas práticas para a sustentabilidade, além das oficinas e demais atividades. Outras oficinas tiveram lugar à medida em que novos projetos estavam em curso, gerando outros núcleos de produção (como artesanato, Rota da Liberdade – turismo étnico de base comunitária, apicultura) e iniciativas como o Banco Comunitário Quilombola, cuja sede se encontra em Santiago do Iguape.

Mais do que “expressar” a cultura, a Festa da Ostra é uma festa em movimento, participando da feitura dos modos de fazer e viver quilombolas. Como sugerem Bassi e Tavares (2017), a Festa da Ostra “pode ser compreendida tanto a partir do conceito de ‘invenção da tradição’ (HOBBSAWM e RANGER, 1982), quanto a partir das contribuições de Wagner (2010) sobre inventividade inerente aos processos de simbolização da cultura. Parece-nos assim que as lutas e processos organizativos dessas comunidades não se encontram confinadas aos espaços tradicionais e/ou “legítimos” de ação coletiva, como no Conselho Quilombola e nas Associações de cada comunidade, nas articulações para eleição de lideranças nas câmaras legislativas, nas colônias de pescadores e conselhos da RESEX do Iguape. As transformações das “vontades” em demandas para políticas públicas também se espraiam nas dimensões performáticas das festas, dentre outras experiências de sociabilidade. Levar a sério essas conexões nos ajudam a entender o processo de luta pelos direitos quilombolas gestados no âmbito do Conselho Quilombola e nas sucessivas edições da Festa da Ostra, bem como a realização dos Encontros de lideranças quilombolas como parte da programação da festa.

ENCONTROS DE LIDERANÇAS DO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO⁸

O 1º Encontro ocorreu no ano de 2015 e teve a presença das lideranças de comunidades dos municípios de Cachoeira, São Felix, Maragogipe, Santo Amaro e Cruz das Almas⁹. Reuniram-se com o objetivo de compartilhar seus problemas e as demandas de cada comunidade, de modo a sistematizá-las por temas na forma de um documento escrito que lhes permitiria apresentar seus pleitos juntos aos órgãos governamentais competentes. A estratégia foi anunciada na abertura do

⁸ O denominado Recôncavo Baiano é constituído por 14 municípios no entorno da Baía de Todos os Santos e outros corpos d’água que a compõem e integram dando-lhe características de pequeno golfo, a exemplo das Baía de Iguape e Baía de Aratu e três rios de maior porte: Paraguaçu, Jaguaripe e Subaé.

⁹ Estiveram presentes lideranças das comunidades de Cachoeira: Kaonge, Kalembá, Kaimbongo Velho, Kalolé, Dendê, Imbiara, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Tombo, Engenho Novo, Engenho da Cruz, Brejo da Guaíba. São Francisco do Conde: Engenho São João. Maragogipe: Porto da Pedra, Giral Grande, Tabatinga, Guarucú, Guerém. Cruz das Almas: Baixa da Linha, Vila Guaxinin.

evento por Ananias Viana, do Kaonge, liderança das comunidades do município de Cachoeira, indicando ser preciso transformar as demandas quilombolas em políticas públicas da parte do município, dos governos do estado e federal. As lideranças ali reunidas sabiam de antemão que comporiam, como representantes de suas comunidades, o “Núcleo de Desenvolvimento das comunidades do Recôncavo”, organização que teria assento na Coordenação Executiva do Território do Recôncavo. De início foi esclarecido aos participantes que se tratava de importante iniciativa do movimento quilombola, já que as políticas públicas estaduais seriam organizadas pelos Territórios de Identidade da Bahia (27 no total). Participar da Coordenação Executiva do Território fazia parte da estratégia de construção de políticas públicas estaduais para quilombolas.

Nossa participação naquele 1º Encontro foi desafiadora. Éramos apenas dois pesquisadores para ouvir muitas pessoas (em torno de 30), em condições de trabalho precárias (mesas, cadeiras, fontes de energia improvisadas), em apenas um dia. Após a abertura do Encontro, os participantes apresentaram as demandas prioritárias de cada comunidade (fora solicitada a apresentação de três demandas: alguns tinham menos, outros mais), de modo a organizar diagnósticos e demandas gerais e específicas. Finda a leitura dos textos com os pleitos, surgiram algumas dúvidas de encaminhamento, indicativas das dificuldades de transformar vontades em demandas. Ananias Viana, uma das mais destacadas lideranças dos grupos, chamou atenção sobre as dificuldades sugerindo duas estratégias de apresentação. A primeira era a necessidade de construir reivindicações comuns, sendo que esse movimento deveria ser feito no âmbito daquele Encontro, já que dentre aquelas trazidas pelos representantes não havia nenhuma comum a todos. Embora não explicitada, era ponto pacífico a importância da “Regularização e Titulação das Terras Quilombolas” sendo consensuada entre os participantes e constando como ponto central na Carta Quilombola. A segunda estratégia foi a organização por níveis de competência (municipal, estadual e federal), buscando maior eficácia no compromisso e responsabilização dos representantes governamentais com aquelas reivindicações. No período vespertino a discussão seguiu a ordem dos municípios representados, aproveitando os pequenos textos das demandas, distribuindo-as pelos níveis municipais, estaduais e federais (tarefa que verificamos ser de difícil resolução em várias demandas, ponto que voltaremos a tratar mais adiante). Ao fim do dia, dispúnhamos de um rascunho do texto que nos permitiu finalizar a Carta na madrugada do início da Festa, a tempo para sua apresentação direta frente às autoridades, políticos e demais participantes da reunião que antecedeu e se confundiu com a própria festa.

A Carta de 2015 inicia com um texto de apresentação das comunidades, onde são discriminadas as intenções do recém-nascido movimento quilombola em nível regional (Território do Recôncavo), no intuito de ampliar a esfera de atuação do movimento. A garantia dos direitos é sintetizada numa relação dinâmica entre ancestralidade e desenvolvimento, entre

patrimônio cultural e atividades produtivas. Território e ambiente imbricados na defesa dos modos de vida quilombolas, conforme aponta se encontra em um fragmento do texto que abaixo transcrevemos:

Essas comunidades ocupam a região há vários séculos e foram formadas por negros escravizados fugidos e libertados das fazendas e engenhos, constituindo um território quilombola. São comunidades que vivem em harmonia com a natureza e valorizam as suas tradições culturais ancestrais (religiosas, organizativas e produtivas) e praticam atividades culturais, de educação, saúde, protagonismo de raça e cidadania e participação nas políticas públicas. Praticam a economia solidária e a sustentabilidade e estão engajadas no movimento da economia solidária. [...].

As comunidades precisam de investimentos públicos e de outros apoios para incrementarem seu desenvolvimento, superando a situação histórica de abandono pelos poderes públicos, e para que tenham sua produção protegida da poluição e dos impactos de grandes investimentos nas vizinhanças que ameaçam o equilíbrio ambiental e social da comunidade. [...] Todas as técnicas produtivas respeitam o meio ambiente e a cultura e são feitas de forma manual, artesanal e solidária. Todos os produtos têm importância econômica, social e ambiental para a comunidade, onde todos ganham com as ações que são imprescindíveis para a manutenção do território e das práticas ancestrais. (Carta Quilombola, 2015, p. 1 de 6).

A regularização fundiária foi destacada como demanda geral, acrescida de “realização de exames de saúde” e Programa de Habitação Popular “Minha Casa Minha Vida”. Em seguida, as demandas por município escalonadas conforme os níveis de competência municipal, estadual e federal. Saúde (ambulâncias, mais postos e equipes de saúde nas comunidades, melhorias da assistência para anemia falciforme, doença de chagas e saúde da mulher) e Educação quilombola (construção de escolas e melhorias das existentes e aplicação da Lei 10.639/2003 que obriga a inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas quilombolas) são demandas de todos os municípios, além de melhorias de infraestrutura (estradas, *piers* de embarque para as comunidades ribeirinhas, saneamento básico, constituído por abastecimento de água e esgotamento sanitário). A Carta também apresenta demandas variadas nos três níveis destacados, indicando não apenas certas especificidades, mas também percepções diferenciadas sobre o que seriam problemas mais ou menos graves e urgentes.

Na lista das demandas das comunidades há pontos que chamam atenção para a falta de investimentos em atendimentos diferenciados, que lhes são garantidos pela legislação nos campos da saúde e educação. Além da demanda por educação quilombola (apontada acima), no município de Maragogipe, na competência estadual, também se pede que a destinação dos recursos para a saúde seja diferenciada, conforme definido pelas normas vigentes: “Utilização dos 50% dos Recursos Destinados a Saúde e Educação para as comunidades quilombolas”¹⁰.

¹⁰ Em conformidade com o PARECER CNE/CEB Nº: 8/2020, aprovado em 10/12/2020; e com a PORTARIA GM/MS Nº 4.036, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021.

Os direitos diferenciados também se estendem aos projetos de desenvolvimento, como nas comunidades de Cachoeira, que apontam no âmbito das competências Municipal, Estadual e Federal a demanda por “Editais exclusivos para comunidades quilombolas”.

Era a primeira vez que participávamos da Festa da Ostra e a inovação na “Abertura” do evento em 2015 compreendia a leitura da Carta seguida de uma “roda de prosa” com convidados. Naquela manhã de sábado, a “praça” formada à sombra do frondoso tamarindeiro em frente ao terreiro de umbanda “21 Aldeias de Mar e Terra”, da matriarca do quilombo, Dona Juvani, estava apinhada de gente aguardando o início das atividades. O Kaonge estava cuidadosamente ornamentado, com um público amplo e diversificado. Além de moradores de várias comunidades quilombolas e visitantes de Salvador e cidades vizinhas, foram convidados dirigentes (ou representantes) do Incra, ICMBio, Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional (ligado à Casa Civil do Governo do Estado), Secretaria de Desenvolvimento Regional, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Estadual de Cultura, CAR-Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional Bahia Pesca S/A (estas duas são empresas públicas vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB e Prefeitura de Cachoeira.

Finda a leitura da Carta, no decorrer da roda de prosa as falas dos convidados transcorriam num misto de felicitação e compromisso com o fortalecimento do movimento quilombola na região, liderado pela comunidade do Kaonge. Dentre os gestores presentes eram perceptíveis as variações no entusiasmo das respostas e na familiaridade com as lideranças e o ambiente do Kaonge. A despeito de melindres pontuais, o que presenciávamos ali se conectavam fortemente com as intenções explicitadas por Ananias Viana no dia anterior, de que a Carta, conectando os problemas aos níveis de competência e responsabilização, seria um mediador importante na transformação das demandas em políticas públicas para quilombolas.

O Diretor da CAR mencionou o Edital específico para comunidades quilombolas (que se encontrava em elaboração) de apoio à produção e projetos socioambientais. O Edital fazia parte do projeto “Bahia Produtiva” que seria lançado no 1º semestre de 2016. O representante do Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional também destacou o compromisso do governo estadual com as populações tradicionais. Detalhando os cinco eixos do Plano de segurança alimentar da Bahia (que foi incluído no Plano Plurianual da Secretaria de Planejamento do Estado), afirmou se tratar de um “mapa da mina” para o aprimoramento do controle social e das políticas públicas. O representante da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado anunciou a realização de um “plano piloto” na Bacia do Iguape em parceria com a prefeitura de Cachoeira para educação quilombola no ensino fundamental. Acrescentou que a Bahia era o único estado a já dispor de diretrizes para a educação quilombola. O gestor da Bahia Pesca anunciou a abertura de Edital do órgão e a inauguração

do Centro vocacional de tecnologia da pesca, sediado no quilombo do Acupe (Santo Amaro). O Secretário de cultura de Cachoeira mencionou o encontro das comunidades quilombolas com a administração municipal, parabenizando a iniciativa. O Prefeito de Cachoeira enfatizou a necessidade de transformar as demandas em políticas públicas, mencionando como exemplo o cultivo de ostras, um dos núcleos produtivos do Conselho Quilombola. Colocou-se à disposição para o próximo encontro com as comunidades (que durante aquela gestão se tornou periódico). O Secretário de Desenvolvimento Regional da Bahia destacou o papel estratégico do líder local para o movimento quilombola do estado e nas políticas públicas, parabenizou pela construção da Carta, se comprometeu comprometendo-se com a apreciação “ponto a ponto da pauta”. Por fim, enfatizou a necessidade de articulação entre os diversos órgãos e autarquias estaduais (CAR, CDA, SDR, Bahia Pesca) para a formulação de agenda conjunta.

Com discursos entusiásticos, na condição de funcionários (e não gestores), os representantes do Incra e do ICMBio manifestaram seus compromissos com os interesses das comunidades quilombolas. Estes foram seguidos por outros convidados que ratificaram seus compromissos com as comunidades (a exemplo dos gestores da UFRB); por fim elogiaram as formas de luta quilombolas e de sua liderança de maior destaque ali presente.

A ausência de alguns convidados também foi objeto de crítica por parte do organizador do evento e catalisador de significativa atenção, que não apenas explicitou as razões do convite, como criticamente sugeriu possíveis desatenção para com a reciprocidade nas relações. Referiu-se diretamente à ausência dos prefeitos dos municípios de Maragogipe e de Cachoeira (esse último representado pelo Secretário de Cultura), reiterou que foram convidadas pessoas ligadas às políticas públicas no estado, pois “só isso interessa”, acrescentando ainda que os convidados sabiam do compromisso que lhes era demandado assumir naquela ocasião. Sobre a ausência de representante da SEPROMI (Secretaria da Promoção da Igualdade Racial da Bahia), críticas também foram dirigidas à ineficiência do órgão e sua não representatividade dos interesses quilombolas: “A gente quer outra coisa, precisa é de ações específicas” (Fala liderança quilombola, 2015). A roda de prosa terminou já no meio da tarde, com o agradecimento e incentivo às comunidades a formarem novos núcleos de desenvolvimento. Ao encerrar o líder da organização do evento criticamente chamou a atenção para a necessidade da organização coletiva, ao lembrar que “As políticas públicas não chegam e é preciso que todos tenham acesso às políticas públicas” (Fala liderança quilombola, 2015). Por ocasião do 2º Encontro de Lideranças de Comunidades Quilombolas do Território de Identidade do Recôncavo¹¹, que

¹¹ Participaram comunidades de cinco municípios. Cachoeira: Kaonge, Kalembá, Kaimbongo Velho, Kalolé, Dendê, Imbiara, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Tombo, Engenho Novo, Engenho da Cruz, Brejo da Guaíba, Engenho São João, Terra Vermelha, Mutexo/Acutinga, Santiago do Iguape, São Francisco do Paraguaçu, Tabuleiro da Vitória. Maragogipe: Porto da Pedra, Giral Grande, Tabatinga, Guarucú, Guerém,

ocorreu na véspera do início da Festa da Ostra de 2016, repetiu-se a sistemática de elaboração da Carta, contudo dando-se ênfase a avaliação dos possíveis avanços em relação ao atendimento das demandas do ano anterior. O clima que prevalecia era positivo, com o reconhecimento da eficácia desta estratégia de luta e de seus ganhos políticos. Apesar das dificuldades, o Núcleo de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Recôncavo, criado no Encontro de 2015, vinha mantendo reuniões com regularidade (a cada dois meses). O Edital para comunidades quilombolas do “Bahia Produtiva” fora lançado, a parceria com a ONG italiana COSPE, com a UFRB e o CECVI no projeto “Terra de Direitos”¹² apresentava significativos avanços e várias ações estavam em andamento.

A estrutura do texto seguiu a mesma organização da Carta de 2015, com as mesmas demandas gerais da Carta anterior. A novidade foi a inclusão de dois itens: “Avaliação das demandas” e “Novas demandas”, organizadas numa seção geral (no início da Carta) e por cada município. Na avaliação geral das demandas, estavam mencionadas as melhorias e críticas em relação a algumas demandas do ano anterior, com foco na regularização fundiária e necessidade de ações urgente com relação ao diagnóstico e tratamento de pessoas portadoras de anemia falciforme, conforme destacado abaixo.

Foram iniciados, ou se encontram em negociação, os processos dos laudos antropológicos nas comunidades: Engenho da Cruz, Tabuleiro da Vitória, Ensedada do Paraguaçu e mais uma comunidade ainda ser definida pelo Conselho Quilombola. Foram publicados os RTIDs de Guerém, Giral Grande, Guarucu e Tabatinga. Em Cachoeira houve alguma melhoria na realização de exames, contudo, mesmo nestes municípios vale destacar com relação aos exames de anemia falciforme não houve encaminhamento após detecção dos casos positivos. Merece atenção o cuidado na realização dos exames pois houve casos em que a mesma pessoa recebeu 2 exames com datas de coleta e resultados diferentes. Outro caso que pode ser destacado pelos riscos que representa para os usuários, é o de uma criança cujo exame acusou um falso positivo. Em relação aos demais exames não houve qualquer avanço nos municípios de Maragogipe, São Felix e Cruz das Almas. Nos municípios algumas unidades foram entregues e muitas outras estão inacabadas. Em Maragogipe há um problema político sério, já que alguns fazendeiros não autorizam a construção de casas nas terras certificadas como quilombolas. No caso do Engenho da Cruz, existem casas que não tiveram suas construções iniciadas, mas os pagamentos das parcelas já são cobrados e devem ser pagos. (Carta Quilombola, 2016).

Dendê, Enseada do Paraguaçu, Buri. São Félix: Engenho São João, Subaúma, Terra do Governo I e Terra do Governo II, Engenhoca, Santo Antônio da Jaqueira, Quilombo, Pau Grande, Santo Antônio e Vidal. Santo Amaro: Acupe de Santo Amaro. Cruz das Almas: Baixa da Linha, Vila Guaxinim.

12 O projeto desenvolveu ações para a regularização fundiária (por meio de contrato de para a elaboração de relatórios antropológicos), fortalecimento das organizações quilombolas (do Conselho Quilombola e a criação do grupo de mulheres “Marias Felipas”), capacitação de jovens para cartografia socioambiental, educação e patrimônio cultural quilombola (juntamente com os pesquisadores do ObservaBaía foi realizado um mapeamento dos saberes e práticas terapêuticas das 17 comunidades da Bacia e Vale do Iguape), dentre outras iniciativas.

Já os itens “Novas demandas”, tanto na seção geral como nas organizadas por município, seguem as linhas da Carta de 2015 acrescidas de detalhamentos conforme a situação-problema e de novas demandas para comunidades específicas. As novas demandas gerais são: 1) Publicizar os recursos adicionais destinados às comunidades quilombolas (cotas para saúde e educação); 2) Ampliação dos exames para esquistossomose, glaucoma, DST/AIDS, catarata; 3) Aquisição de ambulâncias sediadas nas unidades de saúde das comunidades; 4) Melhoria na regulação para realização de exames; 5) Estabelecimento de cotas de atendimento por comunidade quilombola; 6) Ampliação da cobertura de atendimento odontológico 7) Retorno e permanência do serviço de unidade móvel de saúde; 8) Implantação e valorização das terapêuticas tradicionais nos níveis municipais e estadual; 9) Garantir o saneamento básico em todas as comunidades quilombola (suprimento de água tratada, esgotamento sanitário, coleta de lixo (seletiva); 10) Oferecer cursos de elaboração e gestão de projetos, de forma a concorrer a editais com vistas a atender às necessidades comunitárias; 11) Garantir Editais exclusivo para comunidades quilombolas - incluir editais para produção e serviços; 12) Garantia de maior segurança às comunidades; 13) Mapeamento das manifestações culturais pelo IPHAN e IPAC-BA.

O 3º Encontro das Lideranças quilombolas do Recôncavo¹³, no ano 2017, adotou nova forma de organização não se dando a divisão dos participantes em grupos por município como nos anteriores: a sistemática adotada foi de discussão conjunta das demandas e estratégias de ação centradas na avaliação da Carta de 2016. Pensou-se não repetir o mesmo processo de redação da Carta, elencando novas demandas indiscriminadamente, mas focar naquelas possíveis de serem viabilizadas por novos caminhos. Além disso, foi feita avaliação positiva do impacto da Carta, inclusive com sugestões de visita às secretarias (municipais e estaduais) como forma de “pressão” para saber sobre seus desdobramentos. Ficou cada vez mais evidente que a Carta havia se transformado na “agenda quilombola” dessas comunidades.

Na 3ª Carta Quilombola do ano de 2017, as demandas gerais apresentaram detalhamento em relação às cartas dos dois anos anteriores no que se refere à regularização fundiária, na atenção à saúde, além do acréscimo de itens referentes a “Acesso e melhorias da infraestrutura”; “Mais transparência nos recursos em nível federal destinado às comunidades quilombolas”; e “Revisão no bolsa verde (ICMBIO)” para comunidades dos municípios de Cachoeira, São Felix e Maragogipe. Também na avaliação das demandas gerais, especificação daqueles pontos considerados negativos e positivos. As “novas demandas” também aparecerem no item geral e por município.

13 No 3º Encontro participaram comunidades de cinco municípios. Cachoeira: Kaonge, Kalembá, Kaimbongo Velho, Imbiara, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Tombo, Engenho da Cruz, Mutexo/Acutinga, Tabuleiro da Vitória. Muritiba: Baixa Grande. São Felix: Terreno do Governo, Subaúma e Santo Antonio e Vidal. Maragogipe: Enseada do Paraguaçu, Buri. Cruz das Almas: Baixa da Linha, Vila Guaxinim.

Em 2018, 2019, 2020 e 2021, o 4º, 5º, 6º e 7º Encontros¹⁴ seguiram a sistemática dos anos anteriores. A Carta de 2018 apresentou uma nova seção intitulada “Conquistas”, anterior às “Demandas Gerais”. Essa parte do texto enumera como conquistas gerais: “Conquista de espaço nas universidades” (inserção em cursos de graduação e pós-graduação, além de participação em eventos); “obtenção, pela maioria das comunidades, de financiamento no Edital do “Bahia Produtiva 2018”; “Conquista de habitações e moradias pelo PNHR”; “Fortalecimento e ampliação de parcerias” (Parcerias do Conselho Quilombola com UFBA, UFRB, Universidade de Virginia/EUA, COSPE, e *Slow Food Brasil*, secretarias e autarquias estaduais, parceiros individuais, projetos). Como conquistas locais a apresentação por município (Cruz das Almas, São Felix, Maragogipe e Cachoeira), distribuídas em três temas: território e transporte, produção coletiva, parcerias locais (São Felix acrescentou mais dois temas: educação e saúde e moradias e saneamento). As “demandas gerais” das Cartas de 2018 e 2019 seguem a mesma disposição da Carta de 2017, com o acréscimo de um ponto que evidencia uma piora na relação das comunidades de Cachoeira com a nova gestão na prefeitura, percepção que já vinha sendo apontada na Carta Quilombola de 2017.

Em seguida aos pleitos gerais, as Cartas de 2018 e 2019 enumeram as “Novas Demandas”, compreendendo questões gerais e específicas (na seção seguinte, a apresentação das demandas por município). Na lista das novas demandas abaixo, algumas são antigas; outras evidenciam o agravamento de problemas ambientais (como a expansão do plantio de eucalipto, gasoduto e estaleiro); outras, ainda, indicam a necessidade de buscar ampliar o conhecimento e valorização da área por meio de novas estratégias, a exemplo do mapeamento do patrimônio cultural pelo IPHAN e IPAC. Na Carta de 2019, a questão das desigualdades de gênero ganhou visibilidade com a inclusão de demandas por direitos para as mulheres e a população LGBTQIA+. Na Carta de 2021 observa-se um detalhamento na descrição da listagem das novas demandas, com os acréscimos da questão da covid-19, da realização do censo do IBGE e do apoio dos municípios às organizações quilombolas. Integram o mencionado rol de demandas consensuadas:

14 No Encontro de 2018 não estivemos presentes, mas participamos à distância da confecção do texto final da Carta. Thaís Penaforte, pesquisadora do ObservaBaía, assessorou o Encontro. As comunidades presentes foram as seguintes: Cachoeira: Kaonge, Kalembá, Kaimbongo, Dendê, Kalolé, Imbiara, Engenho da Ponte, Engenho Novo, Engenho da Praia, Engenho da Cruz, Mutexo/Acutinga Engenho da Vitória, Tabuleiro da Vitória. São Felix: Terreno do Governo, Subaúma, Santo Antônio e Vidal. Maragogipe: Enseada do Paraguaçu, Buri, Dendê, Guerém. Cruz das Almas: Baixa da Linha, Vila Guaxinim. O 5º Encontro, em 2019, reuniu comunidades do município de Cachoeira e Cruz das Almas. Cachoeira: Kaonge, Kalembá, Kaimbongo, Dendê, Kalolé, Imbiara, Engenho da Ponte, Engenho Novo, Engenho da Praia, Engenho da Cruz, Mutexo/Acutinga Engenho da Vitória, Tabuleiro da Vitória, Guaíba, Santiago do Iguape, Terra Vermelha. São Felix: Terreno do Governo, Subaúma e Santo Antônio e Vidal. Maragogipe: Enseada do Paraguaçu, Buri, Dendê, Guerém. Cruz das Almas: Baixa da Linha, Vila Guaxinim. Em decorrência da pandemia de Covid-19, em 2020 a edição da Festa da Ostra e a confecção da Carta se deu de forma remota. Em 2021 a Festa e a Carta foi realizada em formato híbrido, com a participação presencial de poucas lideranças (nós participamos presencialmente). Em 2020 e 2021 tivemos basicamente uma atualização das demandas quilombolas, mas sem alterações na dinâmica de feitura e circulação da Carta.

- Avaliação dos prejuízos causados pelo plantio de eucalipto nos municípios de Cachoeira e Maragogipe e contenção de sua expansão por meio de leis municipais;
- Revisão das condições atuais do Estaleiro Enseada Indústria Naval, observando rígido cumprimento das medidas preventivas e condicionantes mitigatórias e compensatórias para as comunidades de Cachoeira, São Felix e Maragogipe;
- Avaliação e manutenção das condições de infraestrutura do gasoduto da Petrobras que atravessa diversas comunidades no município de Cachoeira;
- Fortalecimento e ampliação da política de editais exclusivos e/ou preferenciais, para comunidades quilombolas;
 - Garantia de maior segurança pública nas comunidades;
 - Mapeamento das manifestações culturais pelo IPHAN e IPAC;
 - Reabertura imediata das escolas fechadas nas comunidades quilombolas;
 - Transporte municipal para os estudantes universitários das comunidades;
 - Manutenção periódica e de qualidades das estradas principais e vicinais que permitem o acesso as comunidades quilombolas;
 - Ampliação e manutenção da rede telefônica, elétrica e de internet, com destaque para a necessidade de poda das árvores próximas a rede elétrica;
 - Restauração dos patrimônios nacionais reconhecidos, com destaque ao casarão na comunidade Engenho da Vitória;
 - Implementação de ações de inclusão em saúde e educação da comunidade LGBTQI+;
 - Prevenir a discriminação e violência contra a pessoa, motivada pela incompreensão da diversidade de gênero;
 - Ações para o contexto da pandemia de Covid-19;
 - Escuta qualificada para o Censo 2022: inclusão das comunidades quilombolas;
 - Garantir, junto às municipalidades, a inclusão no Orçamento de recursos para o que garantam a disponibilização de transporte para participação nas reuniões do Núcleo de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Recôncavo;
 - Garantir acessibilidade à justiça: isenção de taxas cartoriais para as comunidades quilombolas.

As discussões dos Encontros de Lideranças Quilombolas para a confecção das Cartas anuais incidem sobre as esferas estadual e municipais, mas cuja influência se dá de forma diferenciada, com ações mais intensas no município de Cachoeira, onde se concentram as lideranças do movimento e que também conta com um vereador oriundo das comunidades quilombolas. As demandas municipais distribuem-se por várias secretarias. No âmbito estadual, as demandas envolvem, dentre outras, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial-SEPROMI, que realiza ações transversais com as demais Secretarias para a promoção de políticas públicas; a Secretaria de Saúde (especialmente no período da pandemia); a Secretaria

de Desenvolvimento Rural-SDR, com a conquista de editais de fomento à agricultura familiar para comunidades quilombolas; a Secretaria de Meio Ambiente, na regulação de conflitos ambientais com empresas que impactam os territórios e com a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que na Bahia vem sendo realizado na forma do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR)¹⁵.

O “ATO” QUILOMBOLA

No início de agosto de 2019, representantes dos Territórios de Identidade da Bahia reuniram-se no Instituto Anísio Teixeira (IAT), em Salvador, para o “Ato pela Garantia dos Direitos Territoriais das Comunidades Remanescentes de Quilombo da Bahia”. O evento, com duração de três dias (6, 7 e 8), foi liderado pelo Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, com o apoio da ONG Cospe, que vem atuando junto às comunidades dessa região desde 2016. Na noite do primeiro dia se deu a preparação do espaço (ornamentação do auditório) e palestra de Ananias Viana para os quilombolas da área de atuação do Conselho. O ápice do evento ocorreu no dia seguinte, com o acolhimento aos participantes quilombolas e a realização de painéis temáticos com representantes de instituições governamentais, políticos e acadêmicos. O objetivo do evento foi de construir compromissos entre instituições e o movimento por meio dos representantes presentes.

Após a abertura do “Ato”, no dia 7/08, com música, orações e cânticos, Ananias Viana enfatizou a importância do “Plano de incidência política” como um artefato técnico para a ação, que objetivava articular a luta pela regularização fundiária às políticas públicas num mesmo repertório de direitos. Esse documento foi o resultado de ações desenvolvidas entre o final de 2018 e o primeiro semestre de 2019¹⁶, organizados pela COSPE, envolvendo as lideranças do Conselho Quilombola, com o objetivo de detalhar as formas de ação e esferas de

15 Durante a revisão deste artigo participamos da elaboração da Carta de 2022, que envolveu grande expectativa por parte das lideranças em relação às eleições estadual e presidencial, com a possibilidade de vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores na Bahia, que tem proximidade com as comunidades quilombolas dessa região, além, evidentemente, do retorno de Lula à presidência. Na reunião das lideranças, explicitava-se a necessidade de maior ênfase nas demandas elencadas nas sucessivas versões da Carta, considerando que haveria um ambiente propício nas relações com a “política” caso se concretizasse a vitória do PT. De fato, a abertura da Festa da Ostra se deu num clima de otimismo, marcada pela presença da prefeita e vice-prefeita de Cachoeira, de gestores da UFRB e de políticos do estado, com a apresentação da Carta ganhando destacada relevância.

16 Conforme conta no Plano (p. 6-7), as iniciativas para sua construção envolveram as reflexões durante o “curso de formação em direitos territoriais, socioambientais e de participação popular” entre novembro de 2018 e abril de 2019, dois encontros para a construção e sistematização coletiva do plano e vários documentos, dentre estes, as Cartas Quilombolas.

responsabilidade dos órgãos públicos na concretização das demandas quilombolas. O “Plano” visibiliza, assim, a trilha mais recente por meio da qual as lideranças do Conselho Quilombola constroem as políticas de direitos. Para que os vínculos sejam efetivados da mesma forma que nos Encontros de Lideranças do Recôncavo, o “Ato” também seria finalizado com a divulgação de uma Carta, cabendo a nós fazermos a escuta e formulação da narrativa.

Ao longo de todo o dia do Ato, nos reunimos com os representantes de cada Território de Identidade separadamente, buscando elencar os problemas e demandas de modo a organizar um pequeno texto para ser inserido na Carta. Destacados numa pequena sala da biblioteca do IAT, nos revezávamos no trabalho de produção dos pequenos textos por Território¹⁷, à medida em que se desenrolavam as conversas com as lideranças (foram 16 lideranças de 13 dos 27 Territórios na Bahia).

Os problemas abordados pelos representantes dos Territórios concentraram-se na regularização fundiária, abordando os diferentes momentos no qual estão situadas as comunidades (da certificação à titulação). Foi especialmente destacada a morosidade e inadequação dos títulos emitidos pelo governo estadual. Os relatos entremeavam as dificuldades burocráticas dos processos, imbricados a duas dimensões dos conflitos: a) a manutenção dos territórios atualmente ameaçados e as lutas reivindicatórias por antigas áreas; e b) o agravamento dos problemas ambientais.

Conforme relatado na Carta, os conflitos fundiários relatados distribuíram-se pelos Territórios: a) grilagem (Baixo Sul, Metropolitano de Salvador); b) luta pela recuperação de áreas tradicionais (Portal do Sertão, Baixo Sul, Litoral Sul); c) processo de urbanização e indústria do turismo (Litoral Sul, Litoral Norte e Agreste Baiano); d) permanência de não quilombolas nas comunidades (Chapada Diamantina); e) obras de infraestrutura (Velho Chico). No que se refere às questões ambientais, foram destacados: desmatamentos (Baixo Sul, Litoral Sul, Irecê, Piemonte do Paraguaçu, Sisal, Litoral Norte e Agreste Baiano, Metropolitano de Salvador); indústria de celulose e papel (Sudoeste); aterro sanitário irregular (Sudoeste); mineração de ferro e mármore (Médio Sudoeste), ferro, urânio e implantação de equipamentos/usinas de geração energia eólica (Sertão Produtivo, Chapada Diamantina); construção de barragens para atender a projetos de irrigação e destruição de nascentes (Irecê, Chapada Diamantina, Piemonte Norte do Itapicuru, Portal do Sertão, Metropolitano de Salvador); perfuração indiscriminada de poços artesianos (Irecê, Piemonte Norte do Itapicuru, Sisal); aumento de queimadas (Piemonte do Paraguaçu); aumento no uso de agrotóxicos (Piemonte Norte do Itapicuru, Piemonte do Paraguaçu, Litoral Norte e Agreste Baiano); sobreposição da Reserva Extrativista do Vale do Iguape sobre o

17 Nesse processo contamos com importante participação de Cléia Costa dos Santos, procuradora do Estado da Bahia aposentada, colaboradora do movimento quilombola.

território tradicional da comunidade de São Francisco do Paraguaçu (Recôncavo). Foi também mencionada a regularização de cadastros rurais – CEFIR/BA (Chapada Diamantina), que atualmente se encontram incompletos por falta de diretrizes para as comunidades quilombolas. Ao final da Carta, os problemas acima apontados geraram demandas por competência, dirigidas ao MPF e MP-BA, Defensoria Pública Estadual, Bancadas Legislativas Federal e Estadual, DPU, INCRA, ICMBio, Fundação Cultural Palmares e INEMA (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia).

Outras demandas foram articuladas às Secretarias competentes: da SEPRMI demandou-se “ações efetivas que contribuam para implementação da educação quilombola, da cultura quilombola, especialmente a valorização das religiões de matriz africana”; da SESAB e Secretarias Municipais de Saúde, a “construção de Postos de saúde; ampliação da ESF para comunidades quilombolas; qualificação dos médicos para lidar adequadamente com anemia falciforme, doença de chagas, saúde da mulher; transparência em relação aos recursos para saúde quilombola; valorização das parteiras, raizeiras e benzedadeiras”; da SDR/CDA-Coordenação do Desenvolvimento Agrário, foi recomendado “acelerar a delimitação dos territórios em áreas devolutas do estado; além da execução de políticas de fomento, produção, distribuição e comercialização agrícola, voltadas para quilombos, povos de terreiro e religiões de matriz africana”; da SEC (Secretaria de Educação do Estado da Bahia) e Secretarias Municipais de Educação, “implementação efetiva da lei 10.639 (ensino de história e cultura afro-brasileira e africana) e alimentação escolar diferenciada; mais escolas (Fundamental I e II) nas comunidades; melhorias no Projeto “Mais Futuro”, que garante a bolsa permanência para universidades estaduais, que atualmente apresenta dificuldades de acesso pelos entraves burocráticos; combate ao racismo institucional no ambiente escolar.”

COMENTÁRIOS FINAIS

Os acontecimentos aqui narrados permitem compreender não apenas os problemas percebidos pelas comunidades quilombolas e sua transformação em “demandas”, mas também reconhecer os diferentes marcadores dos direitos diferenciados por meio da avaliação da atuação de cada agência e de suas interseções.

No entanto, o desenrolar desses agenciamentos não se faz pela “especialização” da atuação em diferentes dimensões da vida social (econômica, política, cultural, religiosa) neste território. Bem ao contrário, percebemos um imbricamento “de umas por dentro das outras”: no processo organizativo cotidiano do Conselho Quilombola, nos Encontros programados

(bimensais e anuais) das lideranças quilombolas dos vários municípios agregados no “Território do Recôncavo”, nas Festas da Ostra, nas Cartas Quilombolas, no Plano de Incidência Política, no Ato Quilombola. A centralidade das Cartas, condensando os processos gerados nos Encontros, nas Festas e no Ato, visibiliza o que tratamos nesse relato como “agenda quilombola”, ou, etnopolítica quilombola. Conectando as demandas às reponsabilidades dos gestores públicos, esse processo iniciado com a Carta de 2015 transformou-se numa tecnologia na luta por direitos, conforme pudemos verificar durante o “Ato” de 2019, todos estes contribuindo para a construção de uma governança quilombola, conforme viemos argumentando neste artigo.

As sucessivas edições da Carta que se realizam “por dentro” da Festa da Ostra parece subverter certa concepção de subjetividade que discrimina ação política de “religião” e “festa”, como dimensões de indesejável contaminação. Se, como aponta Shore (2010, p. 36), “[...] *uno de los aspectos más importantes de la formulación de las políticas públicas es la forma en que las políticas construyen nuevas categorías de subjetividad y nuevos tipos de sujetos políticos, particularmente conceptos modernos del individuo*”, temos nessa “etnogovernança” quilombola um referente da potência do protagonismo quilombola no campo mais amplo da dialética envolvida nas práticas de etnopolítica¹⁸.

Na investigação das políticas de desenvolvimento, Li (2007) se detém nas formas através das quais atores e instituições intervêm as práticas políticas, chamando a atenção para novas modalidades de poder. Inspirados nesse trabalho da autora, seguem alguns desdobramentos da governança quilombola para as políticas públicas em quilombos. Em primeiro lugar, nas comunidades quilombolas do Território do Recôncavo também emergem agenciamentos da “vontade de melhorar” (*the will to improve*). Estas são marcadas pela percepção do descompasso entre as expectativas e os resultados; mas também pela vontade da persistência que se forja por entre o reconhecimento das falhas e dificuldades. Um segundo aspecto conecta as dimensões da política às justificações de ordem moral que sustentam essa “vontade de melhorar”. Como aponta Mello (2012), seguindo os argumentos de Boltanski e Thévenot (1991), a identidade quilombola e a luta por novos direitos não podem ser circunscritos exclusivamente às experiências políticas da etnicidade. O terceiro aspecto a ser destacado diz respeito às transformações mobilizadas pela experiência quilombola, que podem contribuir para a compreensão dos dilemas envolvidos nas novas formas de regulação do Estado entre populações periféricas (DAS; POOLE, 2008). Situada às margens do Estado no reconhecimento de direitos e políticas públicas, a liderança

18 Ferreira (op. cit.) destaca a contribuição da antropologia na compreensão da pluralidade de formas históricas - e não apenas semânticas - da política, não restritas ao “político” compreendido pelo Estado. A categoria abrangente de “etnopolítica”, em seus níveis local, micro e infrapolíticos, demarcaria, assim, “[...] um modo específico de fazer política, a de grupos e sistemas interétnicos, embebida nas estruturas sociais e simbólicas da etnicidade”. (p. 199)

mais destacada daquelas comunidades mobiliza recorrentemente em suas falas a imagem do quilombo como o lugar “mais longe” que existe num município, “lá aonde não chegava nada, aonde não chegava o ‘poder público’”, mas que agora estão chegando.

Considerando a dinâmica dos acontecimentos apresentados sustentamos, ainda, que está em curso uma inflexão na política operada por essas comunidades. A título provisório, chegamos ao fim deste relato de experiência no tocante às estratégias de atuação política sugerindo confluências, nos termos do pensamento de Antônio Bispo (2015), com o conceito de contracolônização, como ele descreve em Leal e colaboradores (2019), das políticas públicas para quilombos¹⁹. Ao invés de seguir pelo caminho da decolonização, em voga nas mídias e universo acadêmico, Bispo muda a direção do debate, assumindo uma postura de enfrentamento em torno da “nomeação” dos conceitos a partir da perspectiva do aquilombamento (LEAL *et al*, 2019). Os desdobramentos que nos interessam aqui são explicitados no texto “Aquilombe-se”²⁰, em que Bispo, ao final, sustenta a necessidade de descentramento das políticas públicas: “E assim, ao invés de termos direitos a políticas públicas... Teremos condições e políticas próprias”. Em última instância, estaríamos aqui a reconhecer a forte presença de um pensamento político entre os grupos étnicos formadores dos povos quilombolas do Brasil, o que nos permite, portanto, reconhecer como uma emergente e forte etnopolítica e etnogovernança que busca traçar os próprios destinos destes povos com base no autoreconhecimento de suas peculiaridades e necessidades diferenciadas daqueles dos grupos dominantes no país.

Por fim, cabe registrar que o reconhecimento de uma etnopolítica e uma etnogovernança passa, necessariamente, pelo reconhecimento dos grupos quilombolas enquanto sujeitos políticos que formulam e lutam por implantar suas próprias políticas, normas e práticas de governança com base em suas necessidades reconhecidas e do que temos tratado como seu “*will to improve*”.

REFERÊNCIAS

1. APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e políticas de valor. *In*: APPADURAI, Arjun (org.). **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural.

¹⁹ O conceito de contracolônização situa uma política alternativa de nomeação para dar conta das coisas do mundo, reinventando outras existências que não se sujeitem a uma relação assimétrica como a implicada entre saber popular e científico. Assim, não é suficiente “descolonizar” já que se trata de saber capturado na academia. Contracolônizar é ao mesmo tempo imaginação, práxis e ética: “É a arte de botar nome para poder não ser dominado.” (LEAL, 2019, p. 79).

²⁰ Disponível em <https://usinadevalores.org.br/aquilombe-se/>. Acesso em 24 mar. 2022.

Niterói: EdUFF, 2008. p. 15-88.

2. ARRUTI, José Maurício. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. *In*: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (org.). **Caminhos Convergentes, estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Campinas: Unicamp; Salvador: EDUFBA, 2009. p. 75-110.
3. BASSI, Francesca; TAVARES, Fátima. Preparando o banquete, sonhando a festa: memória e patrimônio nas festas quilombolas (Cachoeira-Bahia). **ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 4, n. 7, p. 15-32., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.48074/aceno.v4i7.5062>. Acesso em: 12 jun. 2023.
4. BISPO, Antonio. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.
5. BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurant. **De la justification**. Les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.
6. CARVALHO, Ana Paula Comin de. “Tecnologias de Governo, Regularização de Territórios Quilombolas, Conflitos e Respostas Estatais”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 131-157, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832016000200005>. Acesso em: 12 jun. 2023.
7. CAZAES, Weslei Machado. **Disputa, participação e dádiva: uma análise sobre o fazer política na comunidade de Santiago do Iguape-BA**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Humanidades) – Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/901>. Acesso em: 10 mar. 2022
8. CHARI, Sharad; DONNER, Henrike. Ethnographies of activism: A critical introduction. **Cultural Dynamics**, New York, v. 22, n. 2, p. 75–85, 2010.
9. COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Ethnography on an awkward scale: Postcolonial anthropology and the violence of abstraction. **Ethnography**, v. 4, n. 2, p. 147-179, 2003.
10. COSTA, Frederico Lustosa da. Cultura, desenvolvimento e governança: a experiência de planejamento da Bacia Cultural do Araripe. *In*: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 7, 2007, Porto Alegre. **Anais [...]**.Porto Alegre: RAM, 2007.
11. CRUZ, Ana Paula. **“Viver do que se sabe fazer”**: memória do trabalho e cotidiano em Santiago do Iguape (1960-1990). 2014. Dissertação (Mestrado em História) –Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.
12. DA SANTANA MARTINS, Ynis Cristine; SOBRINHO, Mario Vasconcelos; DE ALBUQUERQUE VASCONCELLOS, Ana Maria. Tomada de Decisão Coletiva e Gestão de Recursos em Regime de Propriedade Comunal: O Caso da Comunidade Quilombola

- Guajará Miri–Pará. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 7, p. 303-319, 2017.
13. DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de antropología social**, n. 27, p. 19-52, 2008.
 14. DE PAULA ANDRADE, Maristela; SOUZA FILHO, Benedito; SIQUEIRA, Andrea. Dossiê: Sociedade, Ambiente e Governança | Transformações Econômicas, Socioambientais e Territoriais no Brasil: Reflexões sobre Governança e Modalidades de Intervenção Estatal. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 11, n. 22, 2014. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/3428>. Acesso em: 12 jun. 2023.
 15. FERREIRA, Andrey Cordeiro. Etnopolítica e Estado: centralização e descentralização no movimento indígena brasileiro. **Anuário Antropológico**, v. 42, n. 1, p. 195-226, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.1709>. Acesso em: 12 jun. 2023.
 16. HOBBSAWM, Eric; TERENCE Ranger. **A invenção de tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
 17. LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador: EdUFBA, 2012.
 18. LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida do laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
 19. LEAL, Natacha Simei *et al.* Das confluências, cosmologias e contra-colonizações. Uma conversa com Nego Bispo. **Revista EntreRios do Programa de Pós-Graduação em Antropologia**, v. 2, n. 1, p. 73-84, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/rev.v2i1.10481>. Acesso em: 12 jun. 2023.
 20. LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008.
 21. LI, Tania Murray. **The Will to Improve: Governmentality, Development, and the Practice of Politics**. Durham: Duke University Press, 2007.
 22. MELLO, Marcelo. **Reminiscências dos quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2012.
 23. MIRANDA, Ana Paula Mendes de; BONIOLO, Roberta Machado. “Em público, é preciso se unir”: conflitos, demandas e estratégias políticas entre religiosos de matriz afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro. **Religião & sociedade**, v. 37, p. 86-119, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872017v37n2cap04>. Acesso em: 12 jun. 2023.
 24. MORAIS, Mariana Ramos; JAYME, Juliana Gonzaga. Povos e comunidades tradicionais de matriz africana. **Civitas**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 268-283, maio-ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.27020>. Acesso em: 12 jun.

2023.

25. NEVES, Naiara Maria Santana dos Santos. **Como as avós ou entre os doutores: Memórias de Parto e Identidade, Corpos e Territórios em Disputa no Quilombo do Kaonge, Recôncavo da Bahia.** 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
26. PEDREIRA, George Conceição; DE ARAÚJO, Cristiano Cassiano. Os conselhos territoriais quilombolas no estado da Bahia: mecanismos para um processo de controle social e governança territorial. **GeoTextos**, v. 14, n. 2, p. 35-63, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/geo.v14i2.26949>. Acesso em: 12 jun. 2023.
27. RODRIGUES, Vera. Programa Brasil Quilombola: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombos. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, n. 57, 2010.
28. ROSENAU, James. Governança. Ordem e Transformação na política mundial. In: ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst-Otto (org.). **Governança sem Governo: ordem e transformação na política mundial.** Brasília: Ed. UnB, 2000. p. 11-46.
29. ROSENAU, James N. e Czempiel, Ernst-Otto. Governança sem governo: ordem e dispersão?. **Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia.** São Paulo: Anpocs, p. 51-95, 2010.
30. SANTOS, Cléia Costa dos; JOVELINO, Rosane Viana; SILVA, Gilmar Bittencourt Santos. Conselho Quilombola e sua função deliberativa no planejamento do estado: o caso da Bacia e do Vale do Iguape. **Bahia Análise & Dados**, v. 28, n. 2, p. 178-195, 2019.
31. SHORE, Cris. La antropologia y el estudio de la politica pública: reflexiones sobre la “formulacion” de las politicas. **Antípoda. Revista de antropología y arqueología**, n. 10, p. 21-49, 2010.
32. SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas.** Curitiba: EdUFPR, 2018.
33. SMOUTS, Marie-Claude. A cooperação internacional: da coexistência à governança mundial. **As novas relações internacionais: práticas e teorias.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, p. 129-153, 2004.
34. SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; CASTRO, João Paulo Macedo. Notas para uma abordagem antropológica da (s) política (s) pública (s). **Revista Antropológicas**, v. 26, n. 2, 2015.
35. SOUZA, Bárbara Oliveira. Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., Porto Seguro, 2008. **Anais [...].** Porto Seguro: RBA, 2008.
36. SPRANDEL, Marcia Anita; DIAS, Guilherme Mansur. Estratégias locais e escalas

globais: uma articulação necessária. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 17, n. 32, 2009.

37. TAVARES, Fátima; CAROSO, Carlos; BASSI, Francesca; RAMOS, Cleidiana. **Inventário das festas e eventos na Baía de Todos os Santos**. Salvador: EDUFBA, 2019.
38. TEIXEIRA, Carla Costa; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão? **Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia**, p. 51-95, 2010.
39. WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Fátima Tavares

Professora Titular no Departamento de Antropologia e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista de Produtividade em Pesquisa Nível 2. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6668-4300>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação. E-mail: fattavares@ufba.br

Carlos Caroso

Professor Titular no Departamento de Antropologia e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia. PhD em Antropologia pela University of California, Los Angeles. Bolsista de Produtividade em Pesquisa Nível 1-B. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5788-0385>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação. E-mail: caroso@ufba.br